O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 64 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.15257661

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

FINANCEIRIZAÇÃO DA TERRA NO CERRADO: CRÍTICA ANTISSISTÊMICA E LATINO-AMERICANA A PARTIR DE AILTON KRENAK, ANTÔNIO DOS SANTOS E NANCY FRASER

Fernanda Miler Lima Pinto[1]

Raimundo Carvalho Moura Filho[2]

Regina Célia Costa Lima[3]

Resumo

Este estudo analisa a financeirização da terra na região do MATOPIBA como manifestação de um processo global de expropriação territorial e devastação socioambiental, vinculado à lógica do capitalismo contemporâneo. O estudo parte da constatação de que a terra vem sendo convertida em ativo financeiro por meio da atuação de fundos de investimento e agentes econômicos transnacionais, desarticulando modos de vida tradicionais e aprofundando desigualdades estruturais. O objetivo da pesquisa é compreender como esse processo opera em escala regional e global, destacando seus efeitos sobre o bioma Cerrado e as formas de resistência protagonizadas por povos indígenas, quilombolas e comunidades camponesas. A sinvestigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, ancorada no método hermenêutico-interpretativo. O levantamento de dados foi realizado por meio de revisão bibliográfica, com descritores em português, inglês e espanhol, priorizando publicações dos últimos três anos, em diálogo com textos clássicos e estudos empíricos sobre a região. A análise foi conduzida com base na triangulação teórica entre Nancy Fraser, Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos. Os resultados indicam que o avanço do capital financeiro sobre o Cerrado compromete a biodiversidade, intensifica os conflitos fundiários e desloca o sentido da terra de território de existência para ativo de mercado. As resistências analisadas, fundadas na ancestralidade, na reciprocidade e na autonomia territorial, demonstram que os povos tradicionais não reivindicam inclusão no modelo dominante, mas afirmam a continuidade de seus próprios modos de vida. Conclui-se que a crítica antissistêmica proposta oferece ferramentas teóricas e políticas fundamentais para repensar as relações entre território, desenvolvimento e justiça ambiental, apontando caminhos alternativos frente à crise civilizatória promovida pelo capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Capitalismo Canibal; Cerrado; Financeirização da Terra; MATOPIBA; Resistência Contracolonial.

Abstract

This study analyses the financialization of land in the MATOPIBA region as an expression of a global process of territorial expropriation and socio-environmental devastation, linked to the logic of contemporary capitalism. The study starts from the understanding that land has been transformed into a financial asset through the operations of investment funds and transnational economic agents, dismantling traditional ways of life and deepening structural inequalities. The aim of the research is to understand how this process operates on both regional and global scales, highlighting its effects on the Cerrado biome and the resistance strategies carried out by Indigenous peoples, Quilombola communities, and peasant populations. The study adopts a qualitative, theoretical-conceptual approach grounded in the hermeneutic-interpretive method. Data were collected through a systematic and interdisciplinary literature review using descriptors in Portuguese, English, and Spanish, with a focus on publications from the past three years, in dialogue with classical texts and empirical studies on the region. The analysis is based on a theoretical triangulation of the works of Nancy Fraser, Ailton Krenak, and Antônio Bispo dos Santos. The findings indicate that the advance of financial capital over the Cerrado threatens biodiversity, intensifies land conflicts, and shifts the meaning of land from a space of collective existence to a market asset. The forms of resistance analyzed—rooted in ancestry, reciprocity, and territorial autonomy—demonstrate that traditional peoples are not seeking inclusion in the dominant model, but rather the continuity of their own ways of life. The study concludes that the proposed anti-systemic critique offers key theoretical and political tools to rethink the relationships between territory, development, and environmental justice, pointing toward alternatives in the face of the civilizational crisis driven by contemporary capitalism.

Keywords: Cannibal Capitalism; Cerrado; Counter-Colonial Resistance; Financialization of Land; MATOPIBA.

[1] Professora da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: fernandamlp1206@gmail.com

[2] Professor da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: raimundo.hist.cesi@gmail.com

[3] Professora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: reginacelia@uemasul.edu.br

INTRODUÇÃO

A financeirização da terra é um fenômeno que se intensificou nas últimas décadas, impulsionado pela expansão do capital financeiro sobre os territórios, transformando a terra em ativo especulativo e submetendo os ecossistemas e os modos de vida a uma lógica voltada exclusivamente à valorização patrimonial. No Brasil, esse processo se manifesta de forma contundente na região do MATOPIBA (acrônimo formado pelas siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), onde o avanço do agronegócio, articulado a fundos de investimento nacionais e internacionais, tem promovido profundas alterações na dinâmica fundiária, ambiental e social do Cerrado.

Esse fenômeno não representa apenas uma mudança na gestão econômica da terra, mas implica a reorganização de relações históricas entre populações tradicionais e seus territórios, que passam a ser subordinados à lógica da mercantilização. Em um contexto de transformações aceleradas, a terra deixa de ser reconhecida como espaço de existência coletiva e passa a ser tratada como ativo transacionável, o que intensifica conflitos agrários, ameaça a biodiversidade e fragiliza formas comunitárias de vida.

A presente pesquisa parte da constatação de que as dinâmicas de financeirização não podem ser compreendidas apenas em termos econômicos. Elas expressam um modelo civilizatório em crise, baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais, na desvalorização das formas de vida não hegemônicas e na captura do Estado por interesses corporativos. Nesse cenário, torna-se essencial examinar os processos de expropriação fundiária e de resistência a partir de um referencial teórico que dialogue com experiências concretas de contestação ao modelo de desenvolvimento dominante.

O objetivo central do estudo é analisar como a financeirização da terra no MATOPIBA contribui para a intensificação de processos expropriatórios e como comunidades tradicionais têm respondido a esse avanço por meio de práticas e cosmologias que desafiam a lógica da acumulação. O estudo estrutura-se a partir da articulação entre três eixos analíticos: a crítica ao capitalismo contemporâneo e suas dinâmicas de espoliação; as cosmologias indígenas e quilombolas como formas de resistência existencial e territorial; e a territorialização da crise ambiental e social no Cerrado.

O marco conceitual da pesquisa é composto por três referências centrais. A primeira propõe uma leitura sistêmica da atual fase do capitalismo, que transforma suas próprias bases de sustentação em mercadoria. A segunda e a terceira são formulações teóricas derivadas de experiências de resistência indígena e quilombola, que articulam ancestralidade, reciprocidade e autonomia como fundamentos de outros modos de vida possíveis.

A abordagem metodológica é qualitativa, com análise teórico-conceitual a partir de triangulação entre autores e revisão bibliográfica. O foco está em compreender os sentidos atribuídos à terra, aos

territórios e às práticas de resistência a partir de leituras plurais e antissistêmicas, cuja análise crítica dos fenômenos sociais e territoriais complexos estão relacionados à financeirização da terra, à expropriação fundiária e às formas de resistência dos povos tradicionais do Cerrado. O método empregado é o hermenêutico-interpretativo, orientado pela compreensão de que os sentidos atribuídos às categorias centrais do estudo — como território, natureza, reciprocidade e expropriação — são construídos historicamente e se expressam em diferentes tradições intelectuais e cosmológicas.

Inspirada nas formulações de Hans-Georg Gadamer (2008), a análise parte da fusão entre horizontes culturais, linguísticos e existenciais, mobilizando interpretações críticas que articulam os conceitos discutidos com seus contextos de origem e suas reverberações políticas. Esse enquadramento hermenêutico permite estabelecer pontes entre distintos sistemas de conhecimento — o pensamento crítico ocidental e as cosmologias indígenas e quilombolas — sem reduzir suas singularidades.

O procedimento de levantamento de dados consistiu em uma revisão bibliográfica. As buscas foram realizadas entre fevereiro e março de 2024 nas bases Scopus, SciELO, Redalyc, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os seguintes descritores em português, inglês e espanhol: *land financialization*, *agribusiness and speculation*, *territorial expropriation*, *capitalism*, *epistemologies of the South*, *Nancy Fraser*, *Ailton Krenak* e *Antônio Bispo dos Santos*. Inicialmente foram identificadas aproximadamente 80 publicações, das quais 42 foram selecionadas conforme critérios de atualidade (publicações entre 2022 e 2024), relevância temática, diversidade de origem (línguas e países) e inserção internacional. As contribuições clássicas de autores-chave também foram mantidas, dado seu papel estruturante na análise.

Além da produção científica, o corpus empírico incluiu documentos técnicos e institucionais de relevância crítica, especialmente os relatórios “Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA” (RSJDH, 2018) e “Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do MATOPIBA, Brasil” (FIAN *et al.*, 2018). Ambos os documentos foram submetidos a uma leitura analítica integral e sistemática, com fichamento orientado por cinco categorias temáticas previamente definidas: (1) mecanismos de financeirização; (2) agentes econômicos envolvidos; (3) conflitos territoriais; (4) impactos socioambientais; e (5) estratégias de resistência.

A partir disso, os dados extraídos foram organizados em matrizes comparativas e articulados às categorias conceituais do estudo, como capitalismo canibal, expropriação, epistemicídio e territorialidade ancestral. O procedimento de análise baseou-se na triangulação teórica entre Nancy Fraser, Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos, cujos aportes fornecem chaves críticas complementares: Fraser (2024), com sua teoria da expropriação e do capitalismo canibal; Krenak (2020, 2022), com sua crítica à modernidade e defesa da Terra como ser vivo; e Santos (2015), com sua

proposta de contracolonialidade e valorização da economia da reciprocidade. A partir dessa triangulação, foram operacionalizadas categorias analíticas transversais, tais como natureza como sujeito, epistemicídio, territorialidade ancestral, economia da reciprocidade e mercantilização do território. A análise consistiu na articulação crítica entre os textos teóricos e os dados empíricos, em chave comparativa e interpretativa, respeitando a diversidade epistêmica presente nas fontes.

Quadro 1 – Análise dos relatórios RSJDH (2018) e FIAN *et al*. (2018) com base nas categorias empíricas adotadas

Categoria temática	**Dados extraídos** (RSJDH, 2018 / FIAN *et al*., 2018)
1. Mecanismos de financeirização	Uso de empresas 'laranjas' e offshores para aquisição de terras; transformação da terra em ativo financeiro via fundos como Radar e SLC Agrícola.
2. Agentes econômicos envolvidos	Fundos de pensão internacionais (TIAA-CREF, AP2, ABP); empresas como Radar Propriedades Agrícolas, SLC Agrícola, Cosan e Mitsui.
3. Conflitos territoriais	Grilagem em terras devolutas; sobreposição de títulos; litígios no sul do Piauí e oeste da Bahia; omissão estatal na regularização.
4. Impactos socioambientais	Desmatamento acelerado; contaminação de solo e água por agrotóxicos; desaparecimento de nascentes e insegurança alimentar.
5. Estratégias de resistência	Denúncias junto à ONU, CPT e Ministério Público; mobilizações locais; afirmação de territorialidades coletivas e saberes tradicionais.

Fonte: Elaboração própria.

Essa estratégia metodológica permitiu construir um campo analítico denso, no qual o conceito de financeirização da terra é reinterpretado à luz das cosmologias indígenas e quilombolas, desafiando o paradigma ocidental do progresso e propondo uma compreensão relacional do território — não como ativo, mas como espaço de vida, memória e futuro.

Deste modo, o estudo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os fundamentos teóricos e o estado da arte sobre financeirização, expropriação e capitalismo canibal. A terceira seção discute os aportes críticos de Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos — o Nêgo Bispo —, enfatizando suas contribuições para o pensamento contracolonial. A quarta seção analisa o caso do MATOPIBA como expressão concreta da financeirização da terra e da resistência dos povos do Cerrado. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, sintetizando os principais achados e propondo caminhos para pesquisas futuras.

REFERENCIAIS TEÓRICOS E CATEGORIAS ANALÍTICAS: FRASER, KRENAK E SANTOS

Com base na abordagem qualitativa e na triangulação teórica proposta entre Fraser (2024), Krenak (2020) e Santos (2015), esta seção estabelece os marcos conceituais que estruturam a análise da financeirização da terra. A leitura hermenêutica-interpretativa permite articular diferentes matrizes

críticas que, embora heterogêneas, convergem na denúncia da mercantilização da vida e na proposição de alternativas epistêmicas e existenciais.

A financeirização da terra deve ser compreendida como uma mutação da lógica capitalista que aprofunda o deslocamento dos sentidos do território, desarticulando seus vínculos históricos, culturais e ecológicos e convertendo-o em ativo financeiro. Diferente da simples mercantilização, a financeirização implica o uso da terra não como meio de produção ou subsistência, mas como instrumento de valorização de carteiras de investimento. Nesse processo, a terra perde suas características de lugar de existência e se torna índice de retorno, securitização e especulação.

Essa dinâmica encontra ressonância na crítica de Jason W. Moore (2015), que compreende o capitalismo como uma "ecologia-mundo" estruturada por expropriações contínuas da natureza. Para o autor, a lógica da valorização do capital depende da transformação de trabalho e ecossistemas em insumos baratos (*cheap nature*), sustentando uma expansão que não é apenas econômica, mas profundamente ecológica e civilizatória. A articulação entre agronegócio e capital financeiro também é descrita por Santos Neto (2022) como expressão da nova dependência econômica brasileira, marcada pela cooperação antagônica entre frações burguesas internas e o capital imperialista. Esse arranjo possibilita a captura do excedente por meio de mecanismos de expropriação legalizada, reforçando a subordinação estrutural dos territórios à lógica de acumulação do capital transnacional. Esse aporte contribui para pensar a financeirização da terra não como distorção, mas como atualização lógica do projeto moderno-colonial.

Ademais, essa mutação é analisada por Nancy Fraser (2022) a partir da noção de capitalismo canibal, que caracteriza o sistema como um organismo que consome as próprias condições que tornam possível sua existência. Fraser propõe que, ao invés de funcionar apenas por meio da exploração do trabalho assalariado, o capitalismo se sustenta por uma rede de expropriações silenciosas e normalizadas. Ele consome gratuitamente os recursos da natureza, a energia do cuidado social, os bens públicos e os saberes produzidos fora de sua lógica formal. É essa expansão das fronteiras da acumulação que permite compreender por que o Cerrado, um bioma de transição e diversidade, se tornou alvo privilegiado da financeirização fundiária.

Essa configuração, marcada pela captura institucional e pela erosão das mediações democráticas, aproxima-se do que Colin Crouch (2004) conceitua como pós-democracia — uma fase em que as estruturas formais da democracia permanecem intactas, mas os processos decisórios são progressivamente transferidos para esferas dominadas por interesses corporativos e financeiros. A financeirização da terra no MATOPIBA, sob o pretexto de modernização e legalidade, exemplifica esse esvaziamento do espaço público, no qual as políticas fundiárias e ambientais são moldadas para atender

às exigências do capital transnacional, em detrimento das populações tradicionais e da justiça socioambiental.

A financeirização da terra no Cerrado deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de reorganização sistêmica do capital, no qual territórios vivos são convertidos em ativos abstratos sob o controle de fundos de investimento e instrumentos jurídicos privados. Essa mutação reconfigura os sentidos ontológicos da terra, assim como o capitalismo também faz com o trabalho. Como observa Franciele Del Vecchio dos Santos (2025, p. 59), "a apropriação privada dos meios de produção, característica do capitalismo, acentua a dissociação entre o trabalho em sua dimensão ontológica e sua exploração como força de trabalho". Em paralelo, o território — antes compreendido como espaço relacional, simbólico e coletivo — é deslocado para o campo da abstração financeira, perdendo suas ancoragens ecológicas, históricas e existenciais em nome da valorização patrimonial.

Ademais, vale ressaltar que esse movimento insere-se na lógica da acumulação por despossessão, na qual bens comuns e direitos coletivos são apropriados por meio de mecanismos financeiros, estatais e jurídicos, em vez de exclusivamente produtivos (HARVEY, 2003). A financeirização, nesse sentido, não atua apenas sobre a terra como mercadoria, mas também sobre a vida, selecionando quem pode permanecer e quem deve ser descartado em função da rentabilidade dos territórios (MBEMBE, 2019). Essa reestruturação está ancorada em um império cognitivo que deslegitima saberes ancestrais e formas não ocidentais de existência, sustentando a hegemonia do pensamento moderno-colonial como base de legitimação da expropriação (SANTOS, 2018). Ao mesmo tempo, os marcos legais, muitas vezes tratados como neutros, operam como dispositivos ativos desse processo, pois foram moldados historicamente para garantir a propriedade, a extração e a rentabilidade, em detrimento da comunidade e da natureza (MATTEI; CAPRA, 2015).

A expansão dos fundos de investimento, o avanço do agronegócio e a flexibilização legal operam como estratégias de captura desses territórios, deslocando os referenciais de pertencimento, cultura e ancestralidade que os sustentam. Como destacam Brand e Wissen (2021), isso ocorre dentro de um modo de vida imperial que naturaliza a apropriação desigual dos recursos do mundo, subordinando a periferia global a uma lógica centrada na extração e na degradação sistêmica. Nessa chave, a financeirização não é apenas uma técnica de gestão fundiária: ela é uma forma concentrada de dominação, que reorganiza o espaço, o tempo e os modos de viver.

A financeirização dos territórios intensifica aquilo que autores como Ariel Salleh (2017) e Joan Martínez-Alier (2011) identificam como conflito de valorações: a conversão de territórios e ecossistemas em unidades de cálculo financeiro colide diretamente com os valores de uso, os vínculos espirituais e as práticas sustentáveis cultivadas por comunidades tradicionais. A ecologia-mundo

capitalista não apenas converte a natureza em commodity, mas impõe seus próprios regimes de significação, apagando outras racionalidades ecossociais. A isso se soma o que Silvia Federici (2017) denuncia como o alicerce da acumulação primitiva — a violência sobre os corpos e territórios femininos e comunitários — agora renovada sob formas jurídico-financeiras. O território financeirizado deixa de ser espaço de convivência e se torna uma plataforma de extração sistêmica, mediada por algoritmos de rentabilidade e por legislações moldadas ao capital.

O caso do MATOPIBA — território em que o Cerrado tem sido intensamente devastado — exemplifica esse padrão. Ali, terras públicas devolutas são convertidas em títulos privados por meio de estratégias de grilagem institucionalizada; comunidades tradicionais são expulsas sob o pretexto de "modernização produtiva"; e biomas são dilacerados por monocultivos voltados à exportação de commodities. Como mostra Maristella Svampa (2022), esse processo faz parte de um ciclo de neoextrativismo financeirizado, onde o capital atua com base em imaginários de desenvolvimento que obscurecem os impactos socioambientais, enquanto consolidam estruturas coloniais de poder.

A financeirização da terra também opera como apagamento epistêmico, sustentando-se na imposição de uma monocultura do saber que deslegitima outras racionalidades de mundo. Essa colonialidade do conhecimento se perpetua por meio de dispositivos jurídicos, técnicos e discursivos que invalidam as cosmologias indígenas, quilombolas e camponesas, reduzindo a complexidade simbólica e espiritual dos territórios a métricas de produtividade e legalidade (WALSH, 2017; MIGNOLO, 2018). A crítica à financeirização, portanto, não pode ser dissociada da afirmação de ontologias insurgentes que concebem a terra como relação, e não como recurso. É no campo da disputa epistemológica que se forjam alternativas, nas quais resistir não se limita à denúncia, mas implica propor mundos outros — plurais, territoriais, afetivos e regenerativos (ESCOBAR, 2020).

Do ponto de vista latino-americano, Gudynas (2021) argumenta que o extrativismo contemporâneo não é apenas uma forma de exploração econômica, mas um modelo civilizacional que redefine o papel da natureza e dos territórios segundo lógicas de mercado e lucro. O MATOPIBA, nesse sentido, é mais do que uma frente de expansão agrícola — é uma expressão do extrativismo financeiro, que transforma biomas vivos em portfólios de investimento e territórios coletivos em plataformas logísticas globais.

A atualização do extrativismo financeiro se expressa em legislações, políticas públicas e instrumentos institucionais que, embora revestidos de legalidade, operam como engrenagens de expulsão silenciosa e reorganização fundiária em favor do capital (SASSEN, 2014). Esse processo reposiciona a terra como objeto de contrato, crédito e dívida, esvaziando suas dimensões coletivas e transformando vínculos comunitários em passivos renegociáveis por agentes externos (GRAEBER,

2011). A financeirização não apenas captura a terra, mas redefine as formas de existência e pertencimento. Em contraposição, as lutas antissistêmicas emergem com força renovada ao propor novas gramáticas do comum — baseadas na diversidade biocultural, na justiça ecológica e na reciprocidade como fundamento de uma convivência possível entre humanos e territórios vivos (SHIVA, 2016).

É diante dessa ofensiva que as cosmologias de Ailton Krenak e Antônio Bispo dos Santos se tornam indispensáveis para reposicionar o debate. Krenak propõe uma crítica radical à ideia de humanidade moderna, fundada na separação entre o humano e a Terra. Para ele, a racionalidade que levou à financeirização dos territórios é a mesma que transformou rios em recursos, florestas em reserva de valor e montanhas em passivos ambientais. Em sua formulação, resistir ao capitalismo canibal não é apenas impedir a destruição do meio ambiente, mas descolonizar a própria ideia de futuro, refundando o vínculo simbiótico entre humanidade e planeta.

Nesse mesmo sentido, Antônio Bispo dos Santos introduz a noção de contracolonialidade para pensar não uma reação ao colonialismo, mas uma afirmação de mundos outros, ancorados na ancestralidade, na circularidade do tempo e na reciprocidade como forma de economia. A terra, em sua leitura, não é propriedade, mas expressão concreta de um modo de ser coletivo. Ao afirmar que "as lutas dos povos quilombolas não são por inclusão, mas por autonomia", Santos revela a inadequação dos marcos analíticos que leem essas resistências como demandas por reforma. São, ao contrário, proposições ontológicas que desafiam os fundamentos da modernidade ocidental.

Assim, a fundamentação teórica do presente estudo constrói-se na articulação entre:

- uma leitura sistêmica do capitalismo como modelo de dominação multiescalar (Fraser, Brand, Svampa);
- uma cosmologia crítica indígena, que propõe outros sentidos para a existência e o planeta (Krenak);
- uma epistemologia quilombola da autonomia, que afirma a pluralidade de mundos como horizonte político e civilizatório (Santos).

Essas três perspectivas não são simplesmente somadas, mas colocadas em diálogo por meio da triangulação teórica proposta na metodologia, formando um campo analítico que permite compreender o MATOPIBA como território de disputa: entre a valorização fundiária e a economia da reciprocidade; entre o monocultivo e a agroecologia tradicional; entre a lógica linear do progresso e o tempo circular das comunidades tradicionais.

A partir desse marco, a análise não se limita a denunciar os impactos da financeirização, mas se propõe a reconhecer e valorizar as práticas de resistência que reencantam o território, rompendo com o ciclo da expropriação e construindo alternativas ao colapso sistêmico em curso.

AILTON KRENAK E A CONEXÃO ENTRE NATUREZA E ANCESTRALIDADE

A partir da triangulação teórica adotada, esta seção analisa a crítica de Ailton Krenak (2019) ao projeto moderno de humanidade e suas implicações para a relação com a terra. O referido autor formula uma provocação ontológica: "a vida não é útil" (KRENAK, 2019, p.12). Com esse enunciado, desestabiliza o núcleo da racionalidade moderna, que transforma o mundo em recurso e instrumentaliza a vida segundo os critérios da produtividade. Para Krenak, a humanidade ocidental criou uma casta exclusiva — o "clube da humanidade" — da qual são excluídos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, raizeiras, florestas e montanhas. Todos esses elementos, que compõem a diversidade dos modos de existir e se relacionar com o planeta, foram convertidos em resíduos descartáveis no caminho do "progresso".

> Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade — que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições —, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub humanidade — alguns de nós fazemos parte dela (KRENAK, 2020 p. 10).

Essa crítica encontra correspondência na formulação de Nancy Fraser (2022), para quem o capitalismo canibal é sustentado não apenas pela exploração direta do trabalho, mas pela expropriação contínua das condições que possibilitam a vida: terra, água, saberes, corpos e vínculos sociais. No Cerrado, esse processo se materializa no avanço da fronteira agrícola, onde a terra — antes espaço de pertencimento e vida — é transformada em ativo financeiro, expropriada de suas camadas simbólicas, ecológicas e históricas. Como Krenak denuncia, "o Xingu virou uma pizza" — uma imagem potente da dilaceração dos territórios indígenas em nome da acumulação (KRENAK, 2020).

A partir desse diagnóstico, o autor constrói sua crítica ao que chama de desumanização produtiva. Para ele, a sociedade de mercado só reconhece valor em quem produz, gera lucro ou responde a métricas de desempenho. Aqueles que não se encaixam — povos tradicionais, corpos racializados,

idosos, pessoas com deficiência — são considerados um "custo", um obstáculo a ser descartado ou assimilado. Nesse sentido, a expropriação não se dá apenas no plano material, mas também existencial:

> Governos burros acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância. Dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação. Coisa de quem acha que a vida é baseada em meritocracia e luta por poder. Não podemos pagar o preço que estamos pagando e seguir insistindo nos erros (KRENAK, 2020, p. 49).

Essa afirmação sublinha a inversão civilizatória promovida pela lógica capitalista, que subordina a vida ao mercado. Ao ecoar Fraser, Krenak indica que a atual crise ecológica e social não é um desvio de rota, mas o desfecho lógico de um sistema que consome a si mesmo. Quando afirma que "não estamos com nada: essa é a declaração da Terra", ele convoca à reimaginação radical da humanidade e das suas formas de habitar o planeta — não mais como dominadores, mas como parte de um organismo comum. A crítica também alcança os discursos contemporâneos do agronegócio, sintetizados no slogan "O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo", que camuflam a devastação de biomas inteiros sob uma estética de modernização. Krenak ironiza essa operação discursiva: Minério é agro, assalto é agro, roubo do planeta é agro, e tudo é pop" (KRENAK, 2020).

Ao transformar os territórios em plataformas logísticas para o capital, esse modelo dissolve as relações simbióticas que sustentam os modos de vida tradicionais e reforça a ideia de que o planeta é um estoque inesgotável de insumos. Essa crítica está no cerne da aproximação entre Krenak e Fraser: ambos denunciam que a crise civilizatória é sistêmica, ecológica e epistêmica — e que sua superação exige um rompimento com o paradigma da mercantilização da vida.

Em sua dimensão propositiva, Krenak não sugere o retorno a um passado idealizado, mas a valorização dos saberes ancestrais como alternativa ao colapso. A recusa à lógica de integração — "não se trata de incluir os indígenas no progresso" — é uma afirmação de autonomia cosmológica, que vê a terra não como meio, mas como sujeito. Essa ontologia do pertencimento propõe que, em vez de expandir fronteiras produtivas, é preciso reencantar o mundo, reconstruindo a coabitação entre humanos e não-humanos a partir da reciprocidade e da escuta: "A destruição ambiental não representa apenas uma perda material, mas um desmoronamento da memória e da cultura daqueles que vivem em sintonia com a terra" (KRENAK, 2022, p. 70).

Portanto, o pensamento de Krenak amplia o escopo da crítica ao capitalismo ao incluir dimensões esquecidas pelo cálculo econômico: o silêncio das águas, a memória das florestas, a dignidade dos que vivem devagar. Sua proposta converge com a de Fraser ao denunciar os efeitos

devastadores da acumulação sem limite, mas vai além ao recolocar a Terra como horizonte de vida — e não de valor.

ANTÔNIO DOS SANTOS E A CONTRACOLONIALIDADE COMO RESISTÊNCIA

> Extraímos os frutos das árvores/ Expropriam as árvores dos frutos/ Extraímos os animais da mata/ Expropriam a mata dos animais/ Extraímos os peixes dos rios/ Expropriam os rios dos peixes/ Extraímos a brisa do vento/ Expropriam o vento da brisa/ Extraímos o fogo do calor/ Expropriam o calor do fogo/ Extraímos a vida da terra/ Expropriam a terra da vida/ Politeístas!/ Pluristas! Circulares! Monoteístas! Monistas! Lineares! (SANTOS, 2015, p. 17).

Com esse poema-manifesto, Antônio Bispo dos Santos inicia sua obra insurgente propondo um deslocamento radical da forma como compreendemos o mundo, a história e o tempo. A metáfora da expropriação absoluta, que separa a essência dos elementos naturais, apresenta de maneira poética a denúncia de um sistema que rompe a simbiose entre os seres e suas existências. A oposição entre as cosmologias circulares e plurais dos povos tradicionais e a racionalidade linear da modernidade é o eixo que estrutura sua crítica à colonialidade e ao capitalismo.

Logo após o poema, o autor lança uma pergunta que expande o debate ontológico: “onde começam e terminam o passado e o presente e onde começa o futuro?” (SANTOS, 2015). Essa provocação abre espaço para uma reflexão sobre o tempo não como linha, mas como espiral — uma das bases da cosmovisão quilombola e daquilo que o autor chama de contracolonialidade: uma forma de estar no mundo que não é apenas resposta à colonização, mas afirmação ativa de modos de vida alternativos, ancestrais e contemporâneos ao mesmo tempo.

A colonização, para Santos, não se restringe à conquista territorial. Ela também é temporal, epistêmica e simbólica. A longa duração da colonialidade opera por meio de modelos homogêneos de organização do espaço, do saber e da política, que negam a legitimidade de outras formas de vida. No entanto, como o próprio autor observa, a contracolonização ocorre como persistência histórica de resistências vivas, expressas em Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher — e também nas comunidades tradicionais de hoje:

“Hoje ainda encontramos muitas comunidades praticando relações de vida estruturalmente semelhantes às praticadas por Palmares, Canudos, Caldeirões e Pau de Colher e sendo igualmente atacadas nos mais diversos lugares das Américas” (SANTOS, 2015, p. 65).

No caso do Cerrado, e mais especificamente do estado do Piauí, que integra a região do MATOPIBA, essas agressões renovam-se sob a forma de empreendimentos agroenergéticos e megaprojetos que, sob o discurso da inclusão produtiva e do desenvolvimento sustentável, aprofundam a

expropriação e a dependência. Ao analisar os Estudos de Impacto Ambiental, Santos propõe uma analogia poderosa:

> Observando os Estudos de Impacto Ambiental desses projetos, os chamados EIA/RIMAS, é possível compará-los à Carta de Pero Vaz de Caminha [...] são utilizados como instrumentos ideológicos de promoção da recolonização e é exatamente por isso que prefiro chamá-los de projetos de expropriamento (SANTOS, 2015, p. 71).

Esse olhar contracolonial revela que os instrumentos técnicos do Estado, ainda que revestidos de neutralidade, frequentemente operam como dispositivos de legitimação da espoliação. A linguagem inacessível, a omissão de impactos reais e a manipulação dos dados convertem o aparato institucional em ferramenta de destruição simbólica e material das comunidades. O território, nesse contexto, é transformado em mercadoria projetada, apagando sua dimensão vivida.

A crítica de Santos se torna ainda mais incisiva ao examinar o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), implementado no Piauí. Sob a promessa de promover a inclusão social por meio da agricultura familiar, o programa acabou reforçando a lógica da concentração fundiária e da financeirização. Os agricultores foram transformados em parceiros rurais subordinados a um modelo empresarial controlado por grupos privados, sem garantias reais de acesso à terra: "Os latifúndios se utilizam do mais violento meios que se possa imaginar [...] possuem verdadeiras milícias armadas; contam com a cumplicidade de alguns policiais [...] e ainda passam ilesos por um judiciário arcaico e inoperante (SANTOS, 2015, p. 121).

Essa denúncia explicita a aliança entre capital e Estado, que deslegitima os direitos das comunidades em nome do progresso e da modernização. A terra é destituída de sua função social e espiritual e transformada em ativo especulativo, reafirmando a lógica do capitalismo canibal descrita por Fraser: um sistema que consome os corpos, os territórios e os vínculos simbólicos em nome de sua própria expansão. A esse respeito, Michael Levien (2018) propõe o conceito de *dispossession without development* — despossessão sem desenvolvimento — para descrever processos em que comunidades são removidas em nome de grandes projetos econômicos, mas não recebem os prometidos benefícios do progresso. Sua análise sobre os deslocamentos causados por megaprojetos na Índia encontra eco nos impactos observados no MATOPIBA, onde as comunidades tradicionais são frequentemente desmobilizadas por discursos modernizadores que ignoram os efeitos concretos da expropriação e da devastação ecológica.

A partir de uma leitura contracolonial, Santos (2015, p. 24) afirma que: "As lutas das comunidades tradicionais não são por inclusão no sistema capitalista, mas sim por autonomia e autodeterminação". Essa formulação ecoa a crítica de Krenak à ideia de que os povos tradicionais

devam ser integrados ao projeto de desenvolvimento. Em vez disso, ambos propõem a valorização de outras cosmologias e outras políticas da terra, fundamentadas na reciprocidade, na oralidade, na coletividade e na regeneração.

Para Santos, o ataque à terra é também um ataque à memória, à cultura e ao direito de existir fora da lógica da acumulação. A monocultura não destrói apenas o bioma: ela destrói economias outras, formas de conhecimento, sistemas afetivos, espiritualidades e linguagens. Frente a isso, o autor propõe o fortalecimento das práticas ancestrais como forma de construção de futuros viáveis, mesmo em meio à catástrofe civilizatória.

Em convergência com Fraser, mas com radicalidade própria, Santos recusa soluções institucionais conciliatórias. Enquanto a filósofa propõe reformas profundas nas bases da reprodução social, o pensador quilombola propõe uma ruptura radical com o imaginário colonial-capitalista. Sua proposta não é reformar o sistema, mas desobedecê-lo, reexistir contra ele, cultivar mundos onde a terra volta a ser chão, céu e tempo.

O CERRADO COMO TERRITÓRIO DE CONFLITO: DEVASTAÇÃO E RESISTÊNCIA

Com base na leitura hermenêutica dos processos territoriais, esta seção mobiliza dados empíricos e categorias conceituais para interpretar o MATOPIBA como expressão concreta da financeirização da terra e do capitalismo canibal. O mapa acima ilustra a abrangência do bioma Cerrado — o segundo maior da América do Sul e berço das principais bacias hidrográficas do Brasil — que ocupa aproximadamente 2 milhões de km², abrangendo cerca de 22% do território nacional. Sua distribuição é predominante nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Bahia e Distrito Federal. No interior desse bioma, a região do MATOPIBA (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) configura-se como o epicentro contemporâneo da expansão da fronteira agrícola, alicerçada por dinâmicas de financeirização da terra, intensificação de monoculturas e processos de expropriação de comunidades tradicionais. A espacialização desses processos revela a centralidade do Cerrado nos circuitos do capital global e ressalta a urgência de uma análise crítica sobre os efeitos socioambientais da especulação fundiária e da ação de fundos de investimento sobre territórios coletivos e ecossistemas estratégicos.

Os impactos ambientais da financeirização da terra são evidentes na destruição de ecossistemas estratégicos. No Cerrado, observa-se o desaparecimento de nascentes, a erosão do solo e a contaminação de aquíferos, sobretudo em áreas voltadas à monocultura de soja e algodão (FIAN *et al.*, 2018; RSJDH,

2018). Esses efeitos comprometem o equilíbrio ecológico e ameaçam a segurança hídrica da região. A conversão da terra em ativo financeiro dissocia sua existência dos ciclos naturais, promovendo uma lógica de exaustão contínua. Como adverte Ailton Krenak (2020), a terra deixa de ser organismo vivo e passa a ser devorada por uma economia que "come o planeta", transformando biomas inteiros em linhas de crédito e planilhas de rendimento. Essa crítica é potencializada pela leitura ontológica do trabalho proposta por Marx e Lukács, conforme analisada por Franciele dos Santos (2025), para quem a ruptura entre trabalho e natureza no capitalismo atual evidencia a alienação estrutural das atividades humanas. O trabalho, de princípio de humanização, transforma-se em prática de dominação e destruição da própria base ecológica da existência.

Figura 1 - Área de abrangência do Cerrado brasileiro



Fonte: JICA (2017).

O avanço da financeirização da terra no MATOPIBA insere-se no que Borras Jr. e Franco (2024) descrevem como uma nova onda de *land rush* global — uma corrida por terras impulsionada por inseguranças alimentares, energéticas e climáticas. Esses autores destacam que os mecanismos contemporâneos de controle fundiário não se limitam a grandes aquisições de terra, mas envolvem também acordos de uso, securitização e governança transnacional. Esse diagnóstico contribui para ampliar a compreensão do Cerrado como um território estratégico na geopolítica da terra e da natureza.

A expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA não é apenas um fenômeno econômico. Ela é expressão concreta daquilo que Fraser define como canibalismo capitalista: uma forma de acumulação que consome os fundamentos sociais e ecológicos de sua própria existência. No caso do Cerrado, isso

significa transformar áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos e camponeses em territórios sob controle de fundos de investimento, corporações agroexportadoras e empresas de capital imobiliário fundiário.

A atuação de fundos de pensão e empresas transnacionais no MATOPIBA é detalhada no relatório da FASE (2020), que mapeia a presença de corporações como a Radar Propriedades Agrícolas, Cosan, Mitsui e SLC Agrícola, além do fundo norte-americano TIAA-CREF. A financeirização da terra, nesse contexto, é mediada por um sofisticado arranjo jurídico-empresarial que opera com base em fusões societárias e garantias cartoriais. Essa estrutura de gestão territorial concentra o poder fundiário em conglomerados financeiros, reafirmando o papel do capital transnacional na redefinição dos usos e valores da terra. O território torna-se, assim, um índice de performance financeira — um fenômeno que desconstrói qualquer noção de função social da terra e intensifica a expropriação dos povos tradicionais.

Em relatório publicado por FIAN *et al.* (2018), é destacado que diversas empresas e agentes financeiros passaram a tratar a terra como um ativo desvinculado da produção, lucrando unicamente com a especulação fundiária. Como apontado no documento, "várias empresas e agentes financeiros começaram a ver o preço da terra como um bem separado do produto e passaram a lucrar com a especulação" (FIAN *et al.*, 2018, p. 26). Essa estratégia, conforme os autores, foi responsável por deslocar mais de 19.000 km² de terras no MATOPIBA entre 2013 e 2015. Tais dinâmicas se alinham com o capitalismo canibal ao converter territórios vivos em instrumentos abstratos de valorização financeira.

A financeirização da terra opera por meio da compra, arrendamento e securitização de grandes extensões territoriais, cuja valorização se baseia não no uso social da terra, mas em sua potencialidade especulativa. Essa lógica leva à grilagem, à fragmentação das cadeias de abastecimento local, ao desmatamento acelerado e à substituição de formas sustentáveis de produção por monoculturas voltadas ao mercado global.

Entretanto, a devastação do Cerrado não pode ser compreendida apenas como degradação ambiental. Trata-se da destruição de mundos. Como mostram Krenak (2020; 2022) e Antônio dos Santos (2015), o que está em jogo é a tentativa de silenciar ontologias e epistemologias que compreendem a terra não como mercadoria, mas como ser relacional. O território, nesses contextos, é simultaneamente espaço físico, cosmovisão, memória, identidade e possibilidade de futuro. Tania Li (2014), ao analisar processos contemporâneos de financeirização fundiária, argumenta que a terra passa a ser tratada não como um meio de vida, mas como um ativo negociável em mercados globais. Esse deslocamento de sentido, segundo a autora, promove o desmonte das relações simbólicas, espirituais e ecológicas que sustentam os vínculos comunitários com o território. No Cerrado, esse fenômeno se traduz na expulsão

de comunidades em favor de uma racionalidade empresarial que concebe a terra apenas como ativo financeiro.

Essa reconversão da terra em mercadoria especulativa não produz apenas deslocamentos físicos ou perdas materiais o sofrimento social. Trata-se de uma condição estrutural marcada pela insegurança, pelo desamparo e pela fratura dos vínculos comunitários. Ao converter a terra em ativo e silenciar seus sentidos simbólicos, o capitalismo neoliberal desestrutura modos de vida coletivos e provoca um colapso existencial das formas de pertença e continuidade territorial (BOFF; BARBOSA, 2023).

O relatório da FIAN (2018) documenta casos de sobreposição de títulos de propriedade e grilagem de terras públicas no sul do Piauí e oeste da Bahia, regiões marcadas por litígios fundiários e pelo avanço de empreendimentos agropecuários sobre territórios coletivos. Segundo os dados apresentados, o poder público tem se omitido na regularização fundiária, enquanto agentes privados consolidam o domínio sobre áreas tradicionalmente ocupadas. Como alerta Fraser (2024), esse tipo de expropriação opera sob a aparência de legalidade, mas intensifica o processo de invisibilização de direitos.

A esse respeito, Deborah Cowen (2014) destaca que os territórios deixam de ser apenas espaços de produção e tornam-se infraestruturas logísticas da acumulação. Sua análise sobre a governança securitária dos espaços e a financeirização das formas de controle territorial é útil para compreender como o MATOPIBA tem sido moldado não apenas por forças produtivas, mas por dispositivos empresariais e técnicos que reposicionam a terra como plataforma de rentabilidade global. Desse modo, a disputa territorial é acompanhada por uma reorganização simbólica e institucional dos mapas, produzindo o que Antônio Bispo dos Santos (2015) denomina de apagamento ontológico das territorialidades negras e indígenas.

Esse conflito territorial adquire contornos políticos e simbólicos profundos. A terra, enquanto ativo financeiro, perde sua função de sustento comunitário, de vínculo espiritual e de mediação da coletividade. Os mapas fundiários e os estudos técnicos, como os EIA/RIMAS, operam como instrumentos de apagamento, reconfigurando o que Santos chama de "projetos de expropriamento" — práticas institucionais que naturalizam a exclusão sob a linguagem da legalidade e da produtividade.

Essa operação técnica-institucional que legitima a expropriação dos territórios pode ser compreendida, como sugerem Raposo, Loreto e Pires (2023), dentro de uma lógica de governança neoliberal que transforma inclusive instrumentos restaurativos e políticos de mediação em aparatos voltados à eficiência e ao controle. A judicialização das disputas territoriais assume, assim, uma forma de gerencialismo que camufla a violência da financeirização sob a retórica da legalidade e da mediação racional, despolitizando as lutas e esvaziando os sujeitos de suas condições de resistência concreta.

Apesar da ofensiva do agronegócio e da especulação fundiária, os relatórios apontam para formas diversas de resistência protagonizadas por comunidades tradicionais. A FIAN (2018) destaca denúncias feitas à ONU, ao Ministério Público e à imprensa nacional por parte de quilombolas, indígenas, ribeirinhos e quebradeiras de coco. A CPT tem desempenhado um papel relevante na visibilização desses conflitos, reunindo evidências de violações de direitos e articulando redes de apoio. Como ressalta Antônio Bispo dos Santos (2015), essas lutas não buscam apenas inclusão no modelo dominante, mas propõem uma ruptura epistêmica com a colonialidade, baseando-se na reciprocidade, na ancestralidade e na autonomia territorial como fundamentos para a vida em comum.

Contudo, esse cenário de ofensiva também é espaço de resistência ativa e produção de alternativas. As comunidades do Cerrado não apenas resistem à expropriação, mas constroem formas próprias de existência baseadas na reciprocidade, na partilha, na agroecologia e na revalorização dos saberes ancestrais. Essas práticas constituem um campo de disputa não apenas por território, mas por futuro.

Ao mesmo tempo em que são silenciadas pelas políticas de Estado e pelo poder do capital, essas experiências mostram que outras formas de relação com a terra são possíveis e desejáveis. Krenak aponta que "adiar o fim do mundo" é tarefa coletiva. Santos afirma que “o roçado é fazer comunidade”. Fraser alerta que, sem a reconstrução das bases da reprodução social e ecológica, o colapso será inevitável.

Portanto, o Cerrado não é apenas um espaço de devastação. É um campo de luta ontológica entre a lógica da expropriação e a política da existência. É o lugar onde o capital tenta impor seu modelo de mundo, mas onde também florescem outras possibilidades de vida — sustentadas na ancestralidade, na coletividade e na recusa à colonização da Terra e do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou examinar a financeirização da terra no Cerrado, com ênfase na região do MATOPIBA, a partir de uma perspectiva crítica, latino-americana e antissistêmica. O fenômeno foi analisado como parte de uma transformação estrutural no modo como o capital contemporâneo reorganiza o espaço agrário, articulando mecanismos financeiros, marcos regulatórios e narrativas desenvolvimentistas para legitimar um processo de expropriação fundiária com raízes coloniais.

A pesquisa identificou que esse processo de financeirização não se restringe à lógica da compra e venda da terra, mas representa uma mutação mais profunda do capitalismo, conforme propõe Fraser

(2024). Ao transformar territórios em ativos financeiros, o capital canibaliza os fundamentos que sustentam a vida — a natureza, os vínculos comunitários, o trabalho invisibilizado, os saberes ancestrais —, perpetuando crises ambientais, sociais e epistêmicas.

A crítica de Fraser (2024) é fundamental para compreender que a financeirização da terra é simultaneamente um mecanismo de acumulação e uma forma de destruição. No Cerrado, essa dinâmica tem levado à expulsão de comunidades tradicionais, à degradação de biomas e à intensificação de desigualdades raciais e territoriais. O MATOPIBA se configura, assim, como um território paradigmático do avanço de um modelo de desenvolvimento que dissocia a terra de sua função social, histórica e simbólica.

Esse diagnóstico se adensa quando articulado aos aportes de Ailton Krenak (2020; 2022) e Antônio Bispo dos Santos (2015), que fornecem leituras alternativas e insurgentes sobre o território, a vida e a resistência. Para Krenak (2020), a financeirização da terra é parte de uma ontologia destrutiva, fundada na separação entre humanidade e natureza. A terra, nesse imaginário, deixa de ser ente vivo e passa a ser recurso. Reverter essa lógica exige uma ruptura civilizatória, e não apenas institucional.

Antônio dos Santos (2015) por sua vez, formula a noção de contracolonialidade como resposta ativa à recolonização dos territórios. Ao denunciar a atuação de megaprojetos e políticas públicas que operam como "projetos de expropriamento", revela que a luta dos povos quilombolas e tradicionais não é por inclusão nas estruturas do capital, mas por autonomia, reciprocidade e continuidade de seus modos de vida.

O diálogo entre esses três autores permitiu a construção de uma triangulação teórica que ampliou o horizonte da crítica à financeirização. Não se trata apenas de mapear um processo econômico, mas de compreender que está em curso uma disputa ontológica sobre o que é território, quem pode existir nele e que futuro se pode construir a partir dele. A terra não é um dado, mas um campo de conflito entre projetos de mundo.

A análise empírica do MATOPIBA mostrou que a financeirização da terra intensifica a aliança entre capital financeiro e Estado. Políticas como a regularização fundiária, os incentivos ao agronegócio e a desregulação ambiental operam como vetores dessa aliança, legitimando a concentração fundiária, a grilagem e o esvaziamento dos direitos territoriais. Como apontam Castro e Castro (2022), essa dinâmica insere o Cerrado no coração do colapso ecológico global.

Entretanto, o estudo também evidenciou que há resistências em curso. As práticas de retomada territorial, a valorização dos saberes ancestrais, as formas coletivas de cuidado e cultivo, a reexistência cotidiana em territórios ameaçados — tudo isso constitui alternativas concretas ao modelo dominante.

Como afirmam Krenak (2020) e Santos (2015), essas práticas não são resquícios do passado, mas sementes de outros futuros possíveis.

Do ponto de vista teórico, o estudo sugere que a crítica à financeirização da terra deve ser indissociável de uma crítica às epistemologias que sustentam o projeto moderno-colonial. Isso implica valorizar as epistemologias do Sul (SANTOS, 2021), reconhecer a centralidade das cosmologias indígenas e quilombolas e superar o monopólio eurocentrado sobre os sentidos do desenvolvimento, da terra e da vida.

Como desdobramento, futuras pesquisas podem explorar comparações entre diferentes biomas em processo de financeirização (Cerrado, Chaco, Amazônia), investigar a atuação de fundos de investimento e suas estratégias de especulação fundiária, ou analisar os impactos da digitalização e da inteligência territorial na captura dos bens comuns. Também é relevante aprofundar os estudos sobre políticas públicas formuladas a partir dos sujeitos comunitários e não para eles.

A articulação entre os debates sobre justiça ambiental, justiça cognitiva e soberania territorial pode fortalecer análises e práticas que rompam com a fragmentação das lutas. Ao invés de ver a terra apenas como questão agrária, é preciso concebê-la como questão civilizatória: o lugar onde se decide o que vale, quem pode viver e como será o mundo que deixaremos.

Conclui-se que a financeirização da terra é uma expressão do esgotamento de um modelo civilizatório baseado na separação, na hierarquia e na exploração. Enfrentá-la exige mais do que reformas — exige descolonizar o imaginário, resgatar os vínculos entre vida e território e reconhecer a legitimidade dos povos que, há séculos, protegem o que resta de mundo. No Cerrado, entre os escombros da devastação, esses povos continuam ensinando que não há terra sem vida, nem vida sem memória.

Ao propor essa reflexão, o texto não pretende esgotar o tema, mas contribuir com o debate sobre justiça territorial, crítica ao capitalismo e ecologias insurgentes. A partir da crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento, buscou-se não apenas denunciar a destruição, mas afirmar que outras formas de existência já estão em curso — e que precisam ser vistas, ouvidas e protegidas.

REFERÊNCIAS

BOFF, R. A; BARBOSA, V. K. “Vulnerabilidade socioeconômica e sofrimento social na sociedade capitalista: a necessidade de políticas públicas garantidoras de direitos fundamentais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 39, 2023.

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C. **The global land grab and agrarian change**: ten years after. New York: Routledge, 2024.

BRAND, U.; WISSEN, M. **O modo de vida imperial**: sobre a exploração da natureza e das pessoas no capitalismo global. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

CASTRO, E. M. R.; CASTRO, C. P. "Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities". **Novos Cadernos NAEA**, vol. 1, 2022.

COWEN, D. **The deadly life of logistics**: mapping violence in global trade. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

CROUCH, C. **Post-democracy**. Cambridge: Polity Press, 2004.

ESCOBAR, A. **Pluriversal politics**: the real and the possible. Durham: Duke University Press, 2020.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **O negócio da terra no MATOPIBA**: como os fundos de investimento e empresas estrangeiras estão se apossando das terras públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2020. Disponível em: <www.fase.org.br>. Acesso em: 28/02/2025.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017

FIAN. *et al*. **Os custos ambientais e humanos do negócio de terras**: o caso do MATOPIBA, Brasil. Heidelberg: FIAN, 2018. Disponível em: <www.fianbrasil.org.br>. Acesso em: 28/02/2025.

FRASER, N. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2024.

GADAMER, H. G. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

GRAEBER, D. **Debt**: the first 5,000 years. Brooklyn: Melville House, 2011.

GUDYNAS, E. **Pós-desenvolvimento e bem viver**: uma introdução desde a América Latina. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

JICA – Japan International Cooperation Agency. **Cerrado conservation and sustainable management**. Tóquio: JICA, 2017. Disponível em: <www.jica.go.jp>. Acesso em: 23/02/2025.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2022.

LEVIEN, M. **Dispossession without development**: land grabs in neoliberal India. New York: Oxford University Press, 2018.

LI, T. M. **Land's end**: capitalist relations on an indigenous frontier. Durham: Duke University Press, 2014.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MATTEI, U.; CAPRA, F. **The ecology of law**: toward a legal system in tune with nature and community. Oakland: Berrett-Koehler Publishers, 2015.

MBEMBE, A. **Necropolitics**. Durham: Duke University Press, 2019.

MIGNOLO, W. D. **On decoloniality**: concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Press, 2018.

MOORE, J. W. **Capitalism in the web of life**: ecology and the accumulation of capital. London: Verso, 2015.

RAPOSO, K. R. P. S.; LORETO, M. D. S.; PIRES, F. R. C. "Avaliação do ciclo da política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses no contexto do sistema capitalista". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 44, 2023.

RSJDH - Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: RSJDH, 2018. Disponível em: <www.social.org.br>. Acesso em: 28/02/2025.

SALLEH, A. **Ecofeminism as politics**: nature, Marx and the postmodern. London: Zed Books, 2017.

SANTOS NETO, A. B. "Subordinação do governo Bolsonaro ao agronegócio e ao capital financeiro". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 12, n. 34, 2022.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: Editora UnB, 2015.

SANTOS, B. S. "O sistema e o antissistema". *In*: KRENAK, A. *et al*. **O sistema e o antissistema**: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

SANTOS, B. S. **The end of the cognitive empire**: the coming of age of epistemologies of the South. Durham: Duke University Press, 2018.

SANTOS, F. D. V. "Da exploração à flexibilização: uma análise ontológica e histórica do trabalho no capitalismo globalizado". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 21, n. 63, 2025.

SASSEN, S. **Expulsions**: brutality and complexity in the global economy. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

SHIVA, V. **Earth democracy**: justice, sustainability, and peace. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones desde Abya Yala. Quito: Ediciones Abya Yala, 2017.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 64 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima